



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Patrimônio Líquido

Notas Explicativas

Demonstração dos Recursos de Consórcio

Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos

Relatório de Auditoria Independente

Relatório de Administração

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma, relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluimos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2015**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, sendo emitido relatório de auditoria independente em **21/03/2016**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 23 de março de 2017.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735

Cláudio Severo do Nascimento
Contador CRC/RS 49.356/O-7
CNAI N° 618

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanco Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em R\$ mil)

	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
<u>Circulante</u>	41.052	40.975
Caixa e Bancos	76	35
Títulos e Valores Mobiliários	38.584	39.704
Serviços Prestados a Receber	135	35
Adiantamento e Antecipações Salariais	24	14
Impostos a Recuperar	801	737
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	455	79
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	779	346
Devedores Diversos - País	192	15
Despesas Antecipadas	6	10
<u>Não Circulante</u>	32.795	29.725
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	3.798	0
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	6.467	1.124
Impostos Diferidos a Compensar	186	154
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10.451	9.578
Títulos e Valores Mobiliários - Partes Relacionadas	103	0
Aplicações em Quotas de Consórcios	1.947	1.988
Empréstimos a Grupos	8.445	6.498
Devedores por Depósito em Garantia	333	277
Investimentos em Imóveis	0	2.858
Investimentos Empresas Ligadas	0	6.146
Imobilizado em Uso	1.052	1.092
Intangível	13	10
<u>Total do Ativo</u>	73.847	70.700

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balço Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em R\$ mil)

	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO		
<u>Circulante</u>	50.722	47.983
Dividendos a Pagar	295	423
Fiscais e Previdenciárias	474	401
Provisão para Pagamentos a Efetuar	278	22
Provisão para Férias c/Encargos	102	189
Credores Diversos - País	802	608
Recursos a Devolver a Consorciados	48.353	45.886
Provisão p/Contingências Trabalhistas	418	454
<u>Não Circulante</u>	10.484	9.611
Provisão s/Lucro Diferido	33	33
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	10.451	9.578
<u>Patrimônio Líquido</u>	12.641	13.106
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	0
Reservas de Reavaliação	242	242
Reservas de Lucros	7.389	9.349
Ações em Tesouraria	0	(985)
<u>Total do Passivo</u>	73.847	70.700

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Levantado
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015****(Em R\$ mil)**

	<u>2º Sem/2016</u>	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
<u>Receitas Operacionais</u>	<u>12.597</u>	<u>24.454</u>	<u>21.342</u>
Receita de Prestação de Serviços	9.407	18.039	15.499
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	2.693	5.352	5.331
Outras Receitas Operacionais	497	1.063	512
<u>Despesas Operacionais</u>	<u>(11.583)</u>	<u>(22.696)</u>	<u>(19.153)</u>
Despesas com Pessoal	(2.834)	(5.394)	(4.326)
Despesas Tributárias	(1.508)	(2.894)	(2.074)
Despesas Administrativas	(5.088)	(10.088)	(8.659)
Despesas Financeiras	(1.756)	(3.581)	(3.283)
Outras Despesas Operacionais	(396)	(735)	(797)
Resultado Extraordinário	(1)	(4)	(14)
Resultado antes das Particip. em Outras Empresas	1.014	1.758	2.189
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	56	300
Resultado antes da Tributação s/Lucros	1.014	1.814	2.489
Imposto de Renda	(240)	(413)	(511)
Contribuição Social	(91)	(158)	(198)
Resultado Líquido do Exercício	<u>683</u>	<u>1.243</u>	<u>1.780</u>
Resultado Líquido por Ação	<u>0,1518</u>	<u>0,2762</u>	<u>0,3956</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015**

Eventos/Contas Ano	Capital Social	Reserva Capital Ágio Alienação Ações Próprias	Reservas de Reavaliação	(Em R\$ mil)			Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos				
Saldo em 31/12/2014	4.500	0	242	628	771	230	7.226	(985)	0	12.612
Pagto. Dividendos Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	(863)	(863)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(863)	0	863	0
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	0	1.780	1.780
Destinação do Resultado										
Reserva Legal	0	0	0	89	0	0	0	0	(89)	
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0	(423)	(423)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	1.268	0	(1.268)	0
Saldo em 31/12/2015	4.500	0	242	717	771	230	7.631	(985)	0	13.106
Pagto. Dividendos Suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	(508)	(508)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(508)	0	508	0
Pagto. Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	(2.400)	(2.400)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(2.400)	0	2.400	0
Baixa por Venda	0	0	0	0	0	0	0	985	0	985
Resultado Venda de Ações										
Tesouraria	0	510	0	0	0	0	0	0	0	510
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	0	1.243	1.243
Destinação do Resultado										
Reserva Legal	0	0	0	62	0	0	0	0	(62)	0
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0	(295)	(295)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	886	0	(886)	0
Saldo em 31/12/2016	4.500	510	242	779	771	230	5.609	0	0	12.641

2o. Semestre/2016 Eventos/Contas	Capital Social	Reserva Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros				Ações	Lucros	Total
		Ágio Alienação Ações Próprias		Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos	Lucros Retidos	em Tesouraria	Acumulados	
Saldo em 30/06/2016	4.500	0	242	717	771	230	7.683	(985)	0	13.158
Pagto. Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	(2.400)	(2.400)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	(2.400)	0	2.400	0
Baixa por Venda	0	0	0	0	0	0	0	985	0	985
Resultado Venda de Ações Tesouraria	0	510	0	0	0	0	0	0	0	510
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	0	683	683
Destinação do Resultado										
Reserva Legal	0	0	0	62	0	0	0	0	(62)	0
Dividendos Propostos	0	0	0	0	0	0	0	0	(295)	(295)
Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	0	326	0	(326)	0
Saldo em 31/12/2016	4.500	510	242	779	771	230	5.609	0	0	12.641

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 87.852.273/0001-42

Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado

em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em R\$ mil)

	<u>2º Sem/2016</u>	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
<u>Fluxo das Atividades Operacionais</u>	(644)	882	473
Resultado Líquido do Exercício	683	1.243	1.780
Ajustes ao Resultado:			
Despesas de Depreciação e Amortização	26	54	79
Baixas Investimentos	0	6.202	0
Baixas Investimentos - Participações em Empresas	0	2.858	0
Baixas Imobilizado	1	5	17
Provisão para Contingências Trabalhistas	(74)	(36)	353
Provisão para Contingências Grupos	0	0	(4)
Impostos Diferidos a Compensar	(19)	(32)	(84)
Resultado Equivalência Patrimonial	0	(56)	(300)
<u>Variações no Ativo Circulante</u>			
Serviços Prestados a Receber	(34)	(100)	(17)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(9)	(10)	(1)
Impostos a Recuperar	(100)	(64)	(546)
Adiantamento para Pagamentos de nossa Conta	0	0	26
Créditos e Títulos a Receber	0	0	36
Devedores p/ Compras de Bens	(93)	(376)	(74)
Devedores p/Compras Participações	(10)	(433)	591
Devedores Diversos - País	(155)	(177)	3
Despesas Antecipadas	30	4	43
<u>Variações no Passivo Circulante</u>			
Fiscais e Previdenciárias	19	73	98
Provisão para Pagamentos a Efetuar	122	256	(79)
Provisão Férias e 13º Salário	(278)	(87)	78
Credores Diversos - País	507	194	500
Recursos a Devolver a Consorciados	337	2.467	1.827
<u>Variações no Ativo Não Circulante</u>			
Devedores p/ Compra de Bens	(1.287)	(3.798)	(188)
Devedores p/Compras Participações	331	(5.343)	0
Aplicações em Cotas de Consórcios	0	41	27
Empréstimos a Grupos	(615)	(1.947)	(3.809)
Devedores por Depósito em Garantia	(26)	(56)	117
<u>Fluxo das Atividades de Investimento</u>	(106)	(125)	(2.237)
Títulos e Valores Mobiliários	(103)	(103)	0
Investimentos em Imóveis	0	0	(2.232)
Aquisição de Imobilizado	(2)	(10)	0
Aquisição de Intangível	(1)	(12)	(5)
<u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u>	(905)	(1.836)	(1.500)
Custo Venda de Ações em Tesouraria	985	985	0
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	510	510	0
Dividendos Propostos/Pagar	(2.400)	(2.823)	(637)
Reversão Prov. Impostos s/Reavaliações	0	(508)	(863)
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	(1.655)	(1.079)	(3.264)
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>			
No Início do Exercício	40.315	39.739	43.003
No Final do Exercício	38.660	38.660	39.739
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	(1.655)	(1.079)	(3.264)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em
31 de Dezembro de 2016 e 2015****(Em R\$ mil)****ATIVO**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>	176.614	163.025
Disponibilidades	242	380
Aplicações Financeiras	70.420	66.102
Outros Créditos	105.952	96.543
Contribuições a Receber Normais	89.358	83.961
Contribuições a Receber Atraso	2.643	2.893
Contribuições a Receber Ajuizadas	13.951	9.689
<u>Compensação</u>	899.298	810.896
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consortiados	4.736	4.209
Contribuições Devidas aos Grupos Consortiados - Bens a Contemplar	468.716	420.425
	425.846	386.262
<u>Total do Ativo</u>	<u>1.075.912</u>	<u>973.921</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em
31 de Dezembro de 2016 e 2015****(Em R\$ mil)**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>	<u>176.614</u>	<u>163.025</u>
Obrigações com Consorciados	66.157	65.154
Valores a Repassar	5.841	5.243
Obrigações com Contemplações	46.770	43.820
Obrigações com a Administradora	2.421	1.285
Recursos a Devolver a Consorciados		
Ativos	9	11
Recursos a Devolver a Consorciados		
Desistentes	45.930	40.134
Recursos do Grupo	9.486	7.378
<u>Compensação</u>	<u>899.298</u>	<u>810.896</u>
Recursos Mensais a Receber de Consorticiados	4.736	4.209
Obrigações do Grupo	468.716	420.425
Bens a Contemplar	425.846	386.262
<u>Total do Passivo</u>	<u>1.075.912</u>	<u>973.921</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em R\$ mil)

	<u>2º Sem/2016</u>	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	71.528	66.482	62.155
Depósitos Bancários	82	380	325
Aplicações Financeiras	71.446	66.102	61.830
(+)Recursos Coletados	56.647	109.377	102.155
Contribuições p/Aquisição de Bens	41.963	80.197	71.567
Taxa de Administração	8.966	17.150	13.298
Contribuição ao Fundo de Reserva	194	370	322
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.508	5.102	5.137
Multas e Juros	240	402	295
Prêmios de Seguros	806	1.568	3.480
Outros	1.970	4.588	8.056
(-)Recursos Utilizados	57.513	105.197	97.828
Aquisição de Bens	42.031	72.770	60.202
Taxa de Administração	8.962	17.097	13.437
Multas/Juros Repass.Administradora	112	250	215
Prêmios de Seguros Pagos	795	1.533	3.722
Devoluções a Consorciados Desligados	367	2.785	4.853
Outros	5.246	10.762	15.399
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	70.662	70.662	66.482
Depósitos Bancários	242	242	380
Aplicações Financeiras	70.420	70.420	66.102

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em Milhares de Reais

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Cânciao Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Investimentos

Os investimentos em imóveis não de uso, estão avaliados pelo custo de aquisição. As participações em sociedades ligadas são registradas e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. (Nota Explicativa 10)

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 11, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

h) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e, seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e, os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

l) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	33.375	32.667
Títulos de Renda Fixa	5.209	7.037
Total de Títulos e Valores Mobiliários	38.584	39.704

NOTA 05– IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões Trabalhistas	101	43
Provisões Representantes	317	331
Provisões Para outros Pagamentos	130	80
(=) Diferenças Temporárias – IRPJ	548	454
IRPJ 25%	137	114
CSLL 9%	49	41
Total dos Impostos Diferidos a Compensar	186	154

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 07– CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a títulos a receber relativos à alienação de investimentos em imóveis, sendo que a totalidade dos créditos se encontram em cobrança judicial. Sobre estes valores não foram constituídas provisões para perdas, uma vez que a administração e assessores jurídicos entendem que os valores são de provável recuperação e possuem garantias reais.

NOTA 08 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 09 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS EM EMPRESAS LIGADAS

Os investimentos nas empresas ligadas encontram-se demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Na data de 27/06/2016 o investimento foi vendido para a empresa ligada Themar Participações Ltda, conforme **nota explicativa 17**.

a) Informações Relativas às Controladas

Empresas Controladas	Therrenos Particip. Ltda.	
	31/12/2016	31/12/2015
Ações ou Quotas (Milhares)	0	6.550
% Participação	0	99,69%
Capital Social	0	6.550
Patrimônio Líquido	0	6.164

b) Movimentação dos Investimentos na Controlada

Movimentação	Therrenos Particip. Ltda.	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	6.146	5.846
Equivalência Patrimonial	56	300
Baixa por venda	(6.202)	0
Saldo Final	0	6.146

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	-	305	305
Edificações	-	778	778
Instalações	1,5 a 4%	278	276
Móveis e Utensílios	2 a 8%	238	247
Sistemas de Segurança	10%	35	35
Computadores e Periféricos	5 a 13%	128	167
Veículos	10%	130	130
Custo Histórico Corrigido		1.892	1.938
(-) Depreciações Acumuladas		(840)	(846)
Valor Residual Contábil		1.052	1.092

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 13 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativo a fundo de reserva e a obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 15 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 16 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes da CSLL/IRPJ	2.325	2.489
Adições		
Provisões Não Dedutíveis	154	493
Perda Equivalência Patrimonial	199	324
Outras adições	2	15
Exclusões		
Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas	(570)	(245)
Ganho Equivalência Patrimonial	0	(624)
Outras Exclusões	(256)	0
Base de Cálculo da CSLL e do IRPJ	1.854	2.452
CSLL – 9%	(166)	(220)
CSLL Diferida a Compensar – 9%	8	22
Total CSLL	(158)	(198)
IRPJ – 15%	(278)	(368)
Adicional de IRPJ – 10%	(161)	(221)
(-) Incentivos Fiscais – Dedução	3	16
IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25%	24	62
Total IRPJ	(413)	(511)

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Imóveis

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 102 (mil)

Operação	Bem	Saldo	Circulante	Não Circulante	Parcelas	
					A Vencer	Vencimento
Venda p/Themar Partic. Ltda.	Ações próprias	1495	100	1.395	180	dez/31
Venda p/Sinoscar S.A.	Imóvel	2696	294	2.403	116	ago/26
			394	3.798		
Venda p/Terceiros	Imóvel		61	0		
Total			<u>455</u>	<u>3.798</u>		

b) Devedores por Compra de Participações

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda. para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra (corrigida pelo IPCA+0,5% a.a) e da participação na Therreno Participações Ltda. para a sua controladora indireta Themar Participações Ltda. (corrigida pelo IGPM), gerando uma receita financeira de R\$ 95 (mil).

Operação	Bem	Saldo	Circulante	Não Circulante	Parcelas	
					A Vencer	Vencimento
Venda p/Cia. Sinosserra de Partic.	Partic. na Guaibacar Ltda.	1.209	363	847	40	abr/20
Venda p/Themar Partic. Ltda.	Partic. na Therrenos Ltda.	6.036	416	5.620	180	jun/31
Total			<u>779</u>	<u>6.467</u>		

c) Títulos e Valores Mobiliários – Não Circulante

O valor de R\$ 103 (mil) refere-se a letra de câmbio pós indexada, adquirida junto a empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento em 11/09/2018.

NOTA 18 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Grupos Administrados	24	25
Bens Entregues	2.586	2.590
Bens Pendentes de Entrega	3.704	3.750
Taxa de Inadimplência	1,37%	2,08%
Consorticiados Ativos	4.851	5.050
Desistentes e Excluídos no ano	14.644	15.862

- b) Aplicações Financeiras** - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorciados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.
- c) Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.
- d) Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.
- e) Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Janeiro de 2017**.
O montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **31 de dezembro de 2016**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) Consorciados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.

l) Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

m) Recursos do Grupo - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos Propostos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resultado do Exercício	1.243	1.780
(-) Reserva Legal (5%)	<u>(62)</u>	<u>(89)</u>
(=) Base de Cálculo Dividendo Obrigatório	<u>1.181</u>	<u>1.691</u>
Dividendo Obrigatório (25%)	295	423

Porto Alegre, 20 de março de 2017.

RAFAEL DA SILVA REIS
Diretor

HUGO PINTO RIBEIRO
Diretor

LUIZ ALBERTO JACOBUS
Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE
Contadora CRC/RS 85.035/O-6